



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Tasso Jereissati

REQUERIMENTO Nº DE - CAE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 2337/2021, que “altera as Leis nºs 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 13.043, de 13 de novembro de 2014, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 7.689, de 15 de dezembro de 1988, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 11.774, de 17 de setembro de 2008, 9.065, de 20 de junho de 1995, 9.718, de 27 de novembro de 1998, 12.973, de 13 de maio de 2014, 10.892, de 13 de julho de 2004, 11.033, de 21 de dezembro de 2004, 11.053, de 29 de dezembro de 2004, 11.312, de 27 de junho de 2006, 11.478, de 29 de maio de 2007, 7.713, de 22 de dezembro de 1988, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 11.482, de 31 de maio de 2007, 8.069, de 13 de julho de 1990, (Estatuto da Criança e do Adolescente), 8.685, de 20 de julho de 1993, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 11.438, de 29 de dezembro de 2006, 12.213, de 20 de janeiro de 2010, 12.715, de 17 de setembro de 2012, 10.865, de 30 de abril de 2004, 9.779, de 19 de janeiro de 1999, 10.522, de 19 de julho de 2002, 8.001, de 13 de março de 1990, e 13.575, de 26 de dezembro de 2017, o Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977, e o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, para modificar a legislação relativa ao Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza das pessoas físicas e das pessoas jurídicas e à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL); revoga a Lei nº 10.312, de 27 de novembro de 2001, e dispositivos das Leis nºs 4.506, de 30 de novembro de 1964, 9.959, de 27 de janeiro de 2000, 10.147, de 21 de dezembro de 2000, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e 12.431, de 24 de junho de 2011, e das Medidas Provisórias nºs 2.189-49, de 23 de agosto de 2001, e 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências”.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

- o Senhor José Roberto Rodrigues Afonso, economista e Pós-Doutorado em Administração Pública pela Universidade de Lisboa;
- a Senhora Vanessa Rahal Canado, professora do Insper e Doutora em Direito pela PUC/Rio;
- o Senhor Hamilton Dias de Souza, advogado e ex-professor de Direito Tributário da USP;



- o Senhor José Barroso Tostes Neto, Secretário Especial da Receita Federal do Brasil;
- o Senhor Alberto Macedo, assessor Especial da Secretaria Municipal de Fazenda de São Paulo;
- o Senhor Eliseu Martins, professor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP;
- o Senhor Ricardo Mariz de Oliveira, professor de Direito Tributário e presidente do Instituto Brasileiro de Direito Tributário - IBDT.

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Lei nº 2.337, de 2021, promove profundas alterações na legislação do Imposto de Renda (IR) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). O texto aprovado recentemente pela Câmara dos Deputados atualiza a tabela do IR das pessoas físicas, reduz a tributação sobre empresas e institui a tributação sobre lucros e dividendos.

Diante da relevância da proposição para toda a sociedade, apresentamos este requerimento, a fim de que esta Comissão de Assuntos Econômicos realize audiência pública com representantes de entidades capazes de contribuir para o debate e para o aperfeiçoamento do PL nº 2.337, de 2021.

Sala da Comissão, 22 de setembro de 2021.

Senador Tasso Jereissati
(PSDB - CE)